

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração nº: 311187-5      26ª Vara Cível da Comarca de Recife**

**Embargante: Maria do Socorro de Freitas**

**Embargado: Telemar Norte Leste S/A (Oi Fixo)**

**Relator      Juiz Fábio Eugênio Oliveira Lima**

**Convocado:**

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. ACLARATÓRIOS UTILIZADOS COMO MERO EXPEDIENTE PARA REDISCUTIR A MATÉRIA. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE EMBARGABILIDADE. ACLARATÓRIO REJEITADO. DECISÃO UNÂNIME.

1. É defeso ao órgão julgador reconsiderar sua decisão ou mesmo anulá-la, salvo nas hipóteses previstas no art. 463 CPC.
2. A decisão não está obrigada, na formação de seu convencimento, a enfrentar todos os fundamentos arrolados pelas partes ou a afastar cada dispositivo legal e constitucional suscitado, limitando-se aos fundamentos que tenham relevância no deslinde do feito e na convicção judicial adotada.
3. Recurso não Provido. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, discutidos e votados estes recursos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da QUINTA Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** aos embargos de declaração, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgamento.

Recife, 09 de outubro de 2013.

  
**Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima**  
**Relator Convocado**



**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração nº: 311187-5      26ª Vara Cível da Comarca de Recife**

**Embargante: Maria do Socorro de Freitas**

**Embargado: Telemar Norte Leste S/A (Oi Fixo)**

**Relator: Juiz Fábio Eugênio Oliveira Lima**

**Convocado:**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 305/314) opostos por Maria do Socorro de Freitas contra acórdão de fl. 294, assim sumariado:

**"EMENTA:** AGRAVO LEGAL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÃO CONTRATUAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM PLANO DE EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA. CÁLCULO DO VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. ÔNUS DO AUTOR COMPROVAR FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 371 DO STJ. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO IMPROVIDO.

1. Não consta nos autos elemento probatório que indique ter havido lesão ao seu direito. Ora, o autor pugna na inicial para que receba o valor das ações subscritórias de acordo com o mês da integralização, entretanto, sequer demonstra quanto recebeu com as ações, não podendo este juízo analisar se foram emitidas com base no balancete do mês da integralização ou não.
2. Ademais, não se nega o direito da Autora de receber a quantidade de ações correspondentes ao valor apurado na data da integralização, todavia, para que se possa verificar a ocorrência de prejuízo, é necessário saber se, de fato, houve diferença entre o valor efetivamente apurado quando da emissão e aquele alcançado na data da integralização.
3. Logo, verifica-se que o autor não se desincumbiu do ônus processual previsto no art. 333, inc.I, do CPC, eis que compete ao autor comprovar fato constitutivo do seu direito.
4. Assim, tendo em vista que não se desincumbiu de ônus imposto, tenho que a agravante adquirente de linha telefônica recebeu a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, considerando o correspondente balancete mensal aprovado (Súmula 371 do STJ). Precedentes deste Tribunal e do STJ.
5. Recurso a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, Acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **negar provimento ao presente recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto. Recife, 28 de agosto de 2013.

**Stênio Neiva Coêlho**

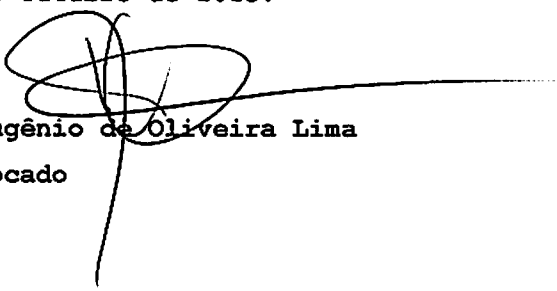
**Desembargador Relator"**

O embargante opôs os presentes embargos alegando que a Ré, ora Embargada, é a única que possui os documentos necessários para verificar se os adquirentes de linhas telefônicas receberam a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização das ações. Defende que a documentação respeitante à valoração pecuniária do direito somente pode ser exigida quando da fase de liquidação do julgado.

Por independer de inclusão em pauta, em atenção ao art. 85, d, RITJPE, apresento em mesa para julgamento.

É o relatório.

Recife, 09 de outubro de 2013.

  
Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima  
Relator Convocado

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração nº: 311187-5      26ª Vara Cível da Comarca de Recife**

**Embargante: Maria do Socorro de Freitas**

**Embargado: Telemar Norte Leste S/A (Oi Fixo)**

**Relator      Juiz Fábio Eugênio Oliveira Lima**

**Convocado:**

**VOTO**

Como curial, com a decisão, fica vedado ao órgão julgador reconsiderar sua decisão ou mesmo anulá-la, salvo nas hipóteses previstas no art. 463 CPC. Entretanto, a hipótese dos autos não se enquadra em nenhuma das exceções previstas.

Os embargos de declaração constituem a via adequada para sanar omissões, contradições, obscuridades ou erros materiais da decisão embargada, admitida a atribuição de efeitos infringentes apenas quando esses vícios sejam de tal monta que a sua correção necessariamente infirme as premissas do julgado.

Anote-se, ainda, que a decisão não está obrigada, na formação de seu convencimento, a enfrentar todos os fundamentos arrolados pelas partes ou a afastar cada dispositivo legal e constitucional suscitado, limitando-se aos fundamentos que tenham relevância no deslinde do feito e na convicção judicial adotada.

Por outro lado, conforme adverte MÁRIO GUIMARÃES "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (V. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª Ed. Forense, 1.958, parágrafo 208, p. 350). E acrescenta que não se exige do Juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia." (RT 413/325).

Em idêntica situação, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a "ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a "*res in judicium deducta*", pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado (cf. RJTJSP 111/114)".

Por tais fundamentos, rejeitar os presentes Embargos.

Recife, 09 de outubro de 2013.

Fábio Eugênio Oliveira Lima  
Relator substituto